

Visão Multivigente

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO RFB Nº 5, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

(Publicado(a) no DOU de 28/08/2013, seção , página 18)

Dispõe sobre o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração em decorrência de contratos que prevejam a prestação de serviços de coleta, transporte e compactação de resíduos sólidos, varrição, capina, poda de árvores e roço de vias públicas, atividades essas que compõem a chamada limpeza urbana, ainda que nelas esteja envolvido o transporte dos resíduos gerados ou coletados até aterros sanitários.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no art. 25 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, no § 5º do art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 740, de 2 de maio de 2007, e no e-Processo nº 10331.720010/2012-19, declara:

Artigo único. A pessoa jurídica tributada pelo Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) no regime de lucro presumido apurará a base de cálculo do imposto, do adicional e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em cada trimestre, mediante a aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta auferida no período de apuração em decorrência de contratos que prevejam a prestação de serviços de coleta, transporte e compactação de resíduos sólidos, varrição, capina, poda de árvores e roço de vias públicas, atividades essas que compõem a chamada limpeza urbana, ainda que nelas esteja envolvido o transporte dos resíduos gerados ou coletados até aterros sanitários.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

Matéria elaborada conforme a legislação vigente à época de sua publicação, sujeita a mudanças em decorrência das alterações legais.

IRPJ

ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA

Cálculo e Recolhimento

ROTEIRO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CÁLCULO DO ADICIONAL**
 - 2.1. Dedução do Adicional**
- 3. LUCRO REAL ANUAL**
 - 3.1. Deduções do IRPJ Devido**
- 4. LUCRO REAL TRIMESTRAL**
 - 4.1. Período de apuração**
- 5. LUCRO PRESUMIDO**

1. INTRODUÇÃO

A partir do ano-calendário de 1996, as pessoas jurídicas, independentemente da forma de constituição e da natureza da atividade exercida, passaram a pagar o imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento), incidente sobre a base de cálculo apurada na forma do lucro real, presumido ou arbitrado, porém estará sujeita também ao cálculo do adicional de imposto de renda que exemplificaremos neste trabalho.

2. CÁLCULO DO ADICIONAL

Conforme previsto na legislação, sobre a parcela do lucro real, presumido ou arbitrado que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, o adicional incidirá à alíquota de 10% (dez por cento). (RIR/99, art.542)

Esta regra aplica-se, inclusive na exploração da atividade rural e, também nas hipóteses de incorporação, fusão e cisão.

2.1. Dedução do Adicional

Relativamente ao adicional deverá ser recolhido integralmente, não poderá realizar deduções, como por exemplo de incentivos fiscais e aquelas efetuadas em favor de projetos culturais e artísticos, Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa, etc. (RIR/99, art. 543)

Nota: Referida vedação não alcança as isenções e reduções do imposto apuradas com base no lucro da exploração (RIR/1999, art. 544 - isenções e reduções para empresas situadas na área das extintas Sudene/Sudam), que também são calculadas sobre o valor do adicional, exceto depósito para reinvestimento (IN SRF nº 267, de 2002, art. 115, § 8º).

3. LUCRO REAL ANUAL

Será base de cálculo do imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais.

A regra geral prevista na Lei 9.430/96 é o regime de apuração trimestral. No entanto, é permitido o regime anual, com levantamento do lucro real somente em 31 de dezembro, ficando o contribuinte obrigado ao

pagamento mensal do IRPJ e CSLL em base de estimativa mensal, calculados a partir da receita mensal auferida, nos mesmos moldes da apuração do Lucro Presumido, sendo-lhe permitida a suspensão ou redução a partir do levantamento de lucro real periódico em qualquer data do ano-calendário.

3.1. Deduções do IRPJ Devido

Do imposto calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o lucro real, este apurado a partir do lucro líquido segundo as normas das leis comerciais e ajustado por adições, exclusões e compensações admitidas pela legislação tributária, poderão ser deduzidos:

- a) os incentivos fiscais como PAT, Projetos Culturais e Artísticos, doações aos Fundos da Criança e do Adolescente e Atividades Audiovisuais, e Funcines, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente;
- b) os incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;
- c) o imposto de renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;
- d) do imposto de renda calculado em base estimativa, pago mensalmente (no caso de lucro real anual);
- e) do imposto de renda da pessoa jurídica pago indevidamente em períodos anteriores, ainda que compensado no decurso do ano-calendário com o imposto de renda devido, apurado com base na estimativa de lucro.

De acordo com os arts. 2º e 4º da Lei 9.430/96, a pessoa jurídica, inclusive instituições financeiras, sociedades seguradoras e assemelhadas, sujeitar-se-ão ao adicional de imposto de renda, conforme especificado sendo calculado à alíquota de 10% sobre a parcela excedente a:

- a) R\$ 20.000,00, do lucro estimado mensal;

No Lucro Real anual será precedida de recolhimentos mensais, em bases estimadas, até o último dia útil do mês seguinte ao fato gerador.

O prazo de recolhimento do adicional do IRPJ é o mesmo da parcela normal, não havendo código específico para esse fim.

Exemplo de cálculo, considerando o mês de Janeiro do ano calendário 20XX:

RECEITA	
Revenda de Mercadorias	175.000,00
Representação Comercial	80.000,00
Ganho de Capital Alienação Bens	11.235,00
1/120 do lucro inflacionário	32.523,00
IR/Fonte s/Representação	1.200,00
IMPOSTO DE RENDA	
Lucro s/Venda de Mercadorias (8%)	14.000,00
Lucro s/Prestação de serviços (32%)	25.600,00
LUCRO ESTIMADO S/RECEITA BRUTA	39.600,00
1/120 do Lucro Inflacionário	32.523,00
Ganho na alienação de bens	11.235,00
BASE DE CÁLCULO DO IRPJ	83.358,00
IMPOSTO DEVIDO (15%)	12.503,70

ADICIONAL DO IMPOSTO (10%)	2.335,80
TOTAL DEVIDO	14.839,50
Deduções do Imposto	
IR/Fonte s/Serviços	1.200,00
IMPOSTO LÍQUIDO	13.639,50
IMPOSTO A RECOLHER	
Imposto a Recolher	13.639,50

4. LUCRO REAL TRIMESTRAL

O IRPJ e a CSLL, apurados com base no lucro real trimestral serão recolhidos até o último dia útil do mês seguinte ao encerramento do trimestre. Estes pagamentos serão efetuados em quota única, sendo facultada a opção de pagamentos em até três quotas mensais, e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos três meses subseqüentes ao do encerramento do período de apuração a que corresponder.

4.1. Período de apuração

A base de cálculo do imposto sobre a renda é o resultado (lucro ou prejuízo) apurado nos períodos trimestrais encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, com observância da legislação comercial, antes da provisão para o pagamento do imposto de renda ajustado extra-contabilmente pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação.

Estará sujeito ao adicional de imposto de renda de 10% da parcela do lucro real que exceder o valor da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração (R\$ 60.000,00 no trimestre).

Nenhuma quota poderá ser inferior a R\$ 1.000,00 e quando o imposto for inferior a R\$ 2.000,00, este deverá ser pago em quota única.

As quotas sofrerão os seguintes acréscimos:

- a) Primeira quota - valor original;
- b) Segunda quota - valor original, acrescido de 1%;
- c) Terceira quota - valor original, acrescido da taxa SELIC do mês anterior + 1% referente ao mês do pagamento.

O adicional, sem nenhuma dedução, será pago juntamente com o imposto devido, nos mesmos prazos e código.

5. LUCRO PRESUMIDO

Na forma do art. 542 e 543 do Regulamento de Imposto de Renda, a parcela do lucro presumido ou real que exceder o valor da multiplicação de vinte mil reais pelo número de meses do respectivo período de apuração, ficará sujeita à incidência do adicional do imposto à alíquota de 10%.

O adicional, sem nenhuma dedução, será pago juntamente com o imposto devido, nos mesmos prazos e código.

Conforme especificado anteriormente deve-se aplicar a alíquota de 15% para o cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e de 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre o valor bruto destas receitas. Porém, caso a empresa venha a apurar "lucro presumido", superior a R\$ 60.000,00, no trimestre, deve ainda calcular o valor do Adicional de Imposto de Renda. Aplica-se então a alíquota de 10% sobre o excesso.

Referente a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, não há a incidência do adicional de imposto que trata os arts 242 e 243 do Regulamento do Imposto de Renda.

Exemplo de cálculo, no Lucro Presumido:

culo as importâncias pagas diretamente ou repassadas a outras empresas pela veiculação de mídia (rádios, televisões, jornais etc.).

(Soluções de Consultas 22 SRRF 7ª RF/2004, 173 SRR 6ª RF/2001 e 96 SRRF 8ª RF/2009)

8.1.7. Abastecimento de Água e Exploração de Rodovias

Para fins de se apurar o lucro presumido, segundo o Ato Declaratório Normativo 16 Cosit/2000, é de 32% o percentual a aplicar sobre as receitas brutas provenientes das seguintes prestações de serviços, auferidas por concessionária ou subconcessionária de serviço público:

- a) suprimento de água tratada e consequente coleta e tratamento de esgotos, cobradas diretamente dos usuários dos serviços;
- b) exploração de rodovia mediante cobrança de preço aos usuários, envolvendo execução de serviço de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

8.1.8. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos

De acordo com o Ato Declaratório Interpretativo 5 RFB/2013, a pessoa jurídica no lucro presumido apurará a base de cálculo do imposto, do adicional e da CSLL, em cada trimestre, mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta auferida em decorrência de contratos que prevejam a prestação de serviços de coleta, transporte e compactação de resíduos sólidos, varrição, capina, poda de árvores e roço de vias públicas, atividades essas que compõem a chamada limpeza urbana, ainda que nelas esteja envolvido o transporte dos resíduos gerados ou coletados até aterros sanitários.

8.1.9. Prestação Exclusiva de Transporte de Lixo

Se a atividade da empresa é, exclusivamente, o transporte de lixo, impõe-se a aplicação do percentual de 8% sobre a receita auferida. (Soluções de Consulta 249 SRRF 8ª RF/2001 e 85 SRRF 7ª RF/2013)

8.1.10. Construção e Operação de Aterro Sanitário

Conforme a Solução de Consulta 249 SRRF 8ª RF/2001, as empresas com atividade de construção de aterro sanitário determinarão o lucro presumido com a aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta trimestral:

- a) com emprego de materiais: 8% e
- b) com emprego unicamente de mão de obra: 32%.

Por sua vez, a Cosit, através da Solução de Consulta 34/2017, dispôs que na atividade de prestação de serviços de operação de aterro sanitário, a apuração da base de cálculo do IRPJ deve ser efetuada mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta auferida. Por outro lado, na atividade de construção e implantação de aterro sanitário, cujos contratos de prestação de serviços prevejam o emprego de materiais a cargo da pessoa jurídica contratada, a apuração da base de cálculo do IRPJ deve ser efetuada mediante a aplicação do percentual de 8% sobre a receita bruta daí decorrente.

Exemplo de cálculo do adicional de imposto de renda, para uma empresa com atividade de comércio de mercadorias, com a base presumida de 8% sobre a Receita Bruta da atividade da empresa no trimestre. Neste mesmo trimestre a empresa obteve um ganho líquido na alienação de um bem do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 100.000,00, conforme disposto na planilha a seguir:

Receita Bruta	4.500.000,00
Base Presumida	8%
Lucro Presumido da Atividade	360.000,00
Ganho de Capital	100.000,00
Lucro Presumido Total	460.000,00
IRPJ Normal (15%)	69.000,00
Calculo do Adicional	
Lucro Presumido Total	460.000,00
(-) Limite de Isenção	60.000,00
Base do Adicional	400.000,00
Adicional de IRPJ (10%)	40.000,00
Imposto de Renda a Recolher: Somatório do IRPJ Normal (15%) e do Adicional de IRPJ (10%)	
IRPJ Normal (15%)	69.000,00
Adicional de IRPJ (10%)	40.000,00
Imposto de Renda a Recolher	109.000,00

O recolhimento do imposto adicional deverá ser feito juntamente com o imposto normal devido no período, com mesmo vencimento e período de apuração.

Fundamentação Legal: Os citados no texto.

ECONET EDITORA EMPRESARIAL LTDA

Autor: Edson Fernando.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regula os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de apostilas a partir desta obra, por qualquer forma, meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos reprográficos, fotocópias ou gravações - sem permissão por escrito, dos Autores. A reprodução não autorizada, além das sanções civis (apreensão e indenização), está sujeita as penalidades que trata artigo 184 do Código Penal.

Legislação direta

Artigo 542 do Decreto nº 3.000 de 26 de Março de 1999

Art. 542 A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado que exceder o valor resultante da multiplicação de vinte mil reais pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto à alíquota de dez por cento (Lei nº 9.249, de 1995, art. 3º, § 1º, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 4º).

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação (Lei nº 9.249, de 1995, art. 3º,

§ 2º, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 4º, § 2º).

§ 2º O disposto aplica-se, igualmente, à pessoa jurídica que explore atividade rural de que trata a Lei nº 8.023, de 1990 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 3º, § 3º).

§ 3º Na hipótese do art. 222, a parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder a vinte mil reais, está sujeita à incidência do adicional de que trata este artigo (Lei nº 9.430, de 1996, art. 2º, § 2º).

§ 4º O adicional será pago juntamente com o imposto de que trata o art. 541 (Decreto-Lei nº 1.967, de 1982, art. 24, § 3º).

Irredutibilidade